

Questão 1 Princípios fundamentais

Mulher de 35 anos fez contato com seu ginecologista habitual, via aplicativo de mensagens, solicitando orientações sobre como usar a "pílula do dia seguinte". Ela referiu estar em outro estado, sem condições de realizar uma consulta médica, e relatou ter tido um coito desprotegido havia 10 horas.

Considerando-se o Código de Ética Médica brasileiro, qual deverá ser a conduta mais apropriada do ginecologista nessa situação?

- A Ele deverá orientar a paciente e prescrever o medicamento indicado, considerando a urgência e a impossibilidade comprovada de realizar a consulta.
- B Ele não deverá orientar nem prescrever qualquer medicamento para essa paciente sem examiná-la pessoalmente.
- Ele poderá orientar a paciente via aplicativo de mensagens, ainda que não possa prescrever o medicamento indicado sem examiná-la pessoalmente.
- D Ele só poderá orientar a paciente mediante uma teleconsulta, ainda que não possa prescrever o medicamento indicado sem examiná-la pessoalmente.

Essa questão possui comentário do professor no site 4000178576

Questão 2 Medicina Preventiva Sigilo profissional Relação entre médicos

Equipe multiprofissional de uma unidade de saúde da família deseja criar um grupo de mensagens eletrônicas para a discussão de casos clínicos que envolvam diagnósticos e tratamentos dos pacientes atendidos nessa unidade de saúde, sem revelar dados pessoais deles.

Com base no Código de Ética Médica, assinale a opção correta.

- A criação de grupos de mensagens eletrônicas, mesmo que inclua apenas médicos, não é ética, pelo risco de quebra do sigilo.
- B Os casos clínicos poderão fazer referência a situação clínica que permita identificação do paciente, desde que autorizado por ele.
- A responsabilidade ética sobre o sigilo dessas informações é do administrador do grupo, que deverá ser o responsável técnico da unidade.
- O grupo só poderá incluir profissionais médicos, com a ressalva que as informações passadas têm caráter confidencial e não podem extrapolar os limites do grupo.

Essa questão possui comentário do professor no site 4000178556

Questão 3 Medicina Preventiva Estatuto da Criança e do Adolescente ECA

Adolescente de 13 anos, sexo masculino, em seguimento na unidade básica de saúde desde os 3 anos, com diagnóstico de diabetes *mellitus* desde os 6 anos de idade, foi encaminhado para o endocrinologista, pois teve duas internações nos últimos três meses por cetoacidose diabética. Durante a consulta, o paciente referiu que não faria uso das medicações, pois os remédios o "deixam gordo" e ele estava "cansado de tomar picada", desprezando a dose após a manipulação dela. Preocupado, o médico informou ao adolescente que seria obrigado a comunicar o fato à mãe, enfrentando, com isso, grande descontentamento do paciente.

No que diz respeito ao Código de Ética Médica, o médico

- A cometeu uma infração, por não respeitar o sigilo médico.
- B não cometeu uma infração, por ser uma situação de risco.
- não cometeu uma infração, por a mãe já saber das internações.
- D cometeu uma infração, por não respeitar a autonomia do paciente.

Essa questão possui comentário do professor no site 4000178542

Questão 4 Código de Ética Médica CEM

O código de ética médica, em seu artigo 31, versa que é vedado ao médico: "Desrespeitar o direito do paciente ou de seu representante legal de decidir livremente sobre a execução de práticas diagnósticas ou terapêuticas, salvo em caso de iminente risco de morte."

O referido artigo abrange o seguinte princípio bioético:

- A Beneficência
- B Não maleficência
- C Autonomia
- D Justiça
- E Paternalismo

Essa questão possui comentário do professor no site 4000173609

Questão 5 Sigilo profissional em crianças e adolescentes Parecer CFM n 25 de 2013

Assinale a alternativa que apresenta uma situação que autoriza o médico à quebra do sigilo profissional.

- A CCF, de catorze anos de idade, sexo feminino, que relata, em consulta médica, que, durante o fim de semana, na casa de amigos, experimentou maconha pela primeira vez
- FAP, de treze anos de idade, sexo feminino, que, em consulta, relata atraso menstrual e, após a realização de teste para gravidez, obtém resultado positivo
- AAG, de quinze anos de idade, sexo feminino, que solicita a prescrição de anticoncepcional oral, uma vez que vem mantendo relações sexuais regulares com seu namorado de dezoito anos de idade, sem o conhecimento dos pais
- BBD, de dezessete anos de idade, sexo masculino, que apresenta secreção uretral abundante e disúria, sugestivas de uretrite gonocócica
- GR, de quinze anos de idade, sexo feminino, que solicita prescrição de contraceptivo de emergência após relação sexual desprotegida no dia anterior à consulta

Essa questão possui comentário do professor no site 4000169453

Questão 6 Morte Encefálica Código de Ética Médica CEM

Assinale a assertiva incorreta relativa a condutas médicas segundo o Código de Ética Médica.

- A decisão compartilhada com a família de que não serão mais adotadas medidas de suporte vital ao paciente que esteja em estado terminal de doença incurável, para o qual se tenham esgotado os recursos de tratamento curativo, é eticamente aceitável, mesmo que isso possa apressar a morte.
- O não fornecimento de atestado de óbito a idoso que tenha falecido no Centro de Tratamento Intensivo (CTI) por complicações infecciosas após vários dias de internação em decorrência de fraturas múltiplas não esclarecidas tem amparo no Código de Ética Médica.
- A não abertura de protocolo de morte encefálica em paciente admitido no CTI com quadro clínico sugestivo e compatível com morte encefálica está justificada se o paciente for sabidamente portador de covid-19, não podendo, portanto, ser potencial doador de órgãos para transplante.
- A revelação de gravidez aos pais de adolescente incapaz não fere o sigilo médico e o direito à privacidade da mesma, pelo risco de envolver potencial dano ao feto.

Questão 7 Direitos dos médicos

Devido à falta de outros tratamentos médicos eficazes, pressão pública e política, autoridades sanitárias de diversos países, incluindo o Brasil, autorizaram o uso de cloroquina e hidroxicloroquina para covid-19, em março de 2020. A comunidade médica adotou a hidroxicloroquina para o tratamento de covid-19, apesar da falta de evidências convincentes de benefício. Um manuscrito publicado pela *The Lancet*, em maio de 2020, relatou que o uso de hidroxicloroquina ou cloroquina em pacientes hospitalizados com covid-19 foi associado a uma diminuição de sobrevida hospitalar e a um aumento d a frequência d e arritmias ventriculares, imediatamente colocando e m questão a adoção generalizada destes medicamentos. É CORRETO AFIRMAR:

- A O princípio ético da autonomia deve orientar as prescrições médicas, priorizando a comunicação e o esclarecimento entre riscos e benefícios.
- As orientações acerca das intervenções médicas podem resultar em danos para os pacientes, demandando reavaliações num contexto dinâmico de riscos e benefícios.
- Cabe aos gestores públicos garantirem respaldo institucional para que a autonomia médica seja exercida, visando a valorização da relação médico- paciente.
- É recomendada a administração de um medicamento que não tem efeito comprovado, como alternativa para o tratamento, assumindo que o benefício será maior.

4000167413

Questão 8 Relação com pacientes e familiares Relação Médico Paciente Método Clínico Centrado na Pessoa

Paciente masculino, 50 anos, notou aparecimento de nódulo endurecido em fossa supraclavicular esquerda. Foi realizada biópsia que evidenciou linfonodo metastático de adenocarcinoma de provável origem gastrointestinal. Realizou endoscopia digestiva alta que mostrou lesão gástrica compatível com linite plástica. A biópsia teve como resultado histopatológico adenocarcinoma gástrico pouco diferenciado. Os familiares agendaram consulta com o cirurgião, informando ao a ele que o paciente não tem conhecimento dos resultados desses exames.

Como o cirurgião deve abordar o paciente e/ou seus familiares?

- Manter apenas os familiares informados sobre o diagnóstico, pois, tais informações, além de não mudarem o prognóstico do paciente, podem desencadear quadro depressivo em um momento no qual ele deverá se manter otimista para lidar com sua doença. É conhecido o fato de que pacientes deprimidos têm menor sobrevida relacionada ao câncer.
- Preparar o local e o momento adequados, perguntar ao paciente o que ele sabe e/ou percebe acerca de sua condição atual, perguntar ao paciente se ele deseja saber sobre o diagnóstico ou se prefere que seja comunicado a sua família em um primeiro momento. Caso deseje saber, o médico deve informar e acolher as reações do paciente.
- Informar que, pelo fato de o paciente já possuir metástase à distância, nada pode ser feito do ponto de vista terapêutico. Informar que o paciente tem, baseado em dados estatísticos, cerca de 6 meses de vida. Tal informação é de suma importância para que o paciente possa tomar medidas legais acerca de seu falecimento.
- Dizer inicialmente para o paciente que existem chances reais de cura no intuito de o manter engajado e otimista. Revelar ao paciente sobre seu prognóstico somente quando este vier apresentar sinais e/ou sintomas relacionados ao estágio avançado da doença. Quanto maior o período sem o paciente saber de sua doença, menor será o sofrimento.

Questão 9 Bioética

Um médico presta atendimento domiciliar a um paciente de 69 anos de idade, já acompanhado há um ano, com hipertensão e diabete melito compensados, com hemiplegia direita por acidente vascular encefálico (AVE) isquêmico há 10 anos, parcialmente independente para as atividades de vida diária e em uso de andador. A filha e cuidadora do idoso refere que o pai está apresentando noctúria há alguns meses e que isso a preocupa devido ao risco de queda. O paciente nega incômodo com a noctúria e não refere outros sintomas urinários. Nega emagrecimento e não tem história familiar de câncer de próstata. Ao exame físico, o idoso apresenta-se lúcido, orientado e com diminuição de força à direita. Ao ser questionado, ele se recusa a realizar exame de toque retal e Antígeno Prostático Específico (PSA) para investigar a possibilidade de câncer de próstata. Entretanto, sua filha insiste na realização de exames, afirmando ""receio de ser algo mais grave"". Considerando a situação descrita, qual é a conduta médica adequada?

- A Explicar ao paciente a necessidade do rastreamento de câncer de próstata (PSA e ultrassonografia de vias urinárias, pelo risco da neoplasia, pois o diagnóstico precoce comprovadamente diminui a mortalidade por essa doença, e solicitar anuência da filha, responsável pelo paciente, para realização dos exames de rastreamento.
- B Explicar ao paciente e à filha que a noctúria se deve ao AVE isquêmico prévio e ao envelhecimento; orientar ser desnecessário o rastreamento de câncer de próstata e recomendar que o paciente evite, à noite, a ingesta hídrica e o consumo de cafeína; avaliar suspensão de diuréticos e prescrever medicação para aumento do tônus vesical.
- Explicar ao paciente que o câncer de próstata é o mais prevalente em homens, com alta mortalidade e que somente seu diagnóstico precoce evita complicações e óbitos; convencer o paciente a realizar o toque retal e encaminhá-lo ao urologista; se o toque retal e o PSA se mostrarem alterados, encaminhá-lo para realização de biópsia prostática.
- Explicar ao paciente e à filha que o rastreamento de câncer de próstata depende de uma decisão compartilhada entre o médico, paciente e família; oferecer explicações, em linguagem acessível, sobre os benefícios e riscos desse rastreamento; respeitar a decisão compartilhada com o paciente para prosseguimento ou não do rastreamento.

Essa questão possui comentário do professor no site 4000146595

Adolescente, 13 anos, estudante de 8º ano, com suspeita de gravidez, procura atendimento médico, sem acompanhamento dos pais ou responsáveis. Relata que fez o teste da farmácia e acha que deu positivo, os pais não sabem da possível gestação. Fez alguns programas pagos com homens maiores de idade, ingeriu bebidas alcoólicas nesses momentos e não fez uso de preservativos. Relata que a gravidez é indesejada e que não quer continuar com ela, caso seja confirmada. São solicitados exames para confirmar a gestação e para diagnósticos de infecções sexualmente transmissíveis. Qual a conduta correta a ser adotada considerando as questões ética e bioética envolvidas?

- A Dizer para a adolescente que as informações obtidas durante a consulta estão protegidas pelo sigilo médico e, assim sendo, não há obrigatoriedade do médico informar aos pais sobre a situação.
- B Dizer para a adolescente que as informações obtidas durante a consulta estão protegidas pelo sigilo médico, que compete a ela decidir se conta ou não aos pais, entretanto, somente a atenderá nas novas consultas de pré-natal com os pais acompanhando,
- Dizer para a adolescente que as informações obtidas durante a consulta estão protegidas pelo sigilo médico, entretanto, devido à situação de risco à saúde com a possível gravidez e medidas para a interrupção (abortamento), riscos de infecções por contágio sexual, alcoolismo, justifica-se a necessidade de contar aos pais.
- Dizer para a adolescente que as informações obtidas durante a consulta estão protegidas pelo sigilo médico, entretanto, terá que comunicar ao Conselho Tutelar para acompanhamento, durante as novas consultas de prénatal agendadas.

4000127974

Questão 11 Políticas de Saúde do Sistema Único de Saúde Manual de orientações básicas para prescrição médica

A Organização Mundial de Saúde lançou, em 2004, o programa Aliança Mundial para a Segurança do Paciente, que conclama todos os países-membros a adotarem medidas para assegurar a qualidade e a segurança da assistência prestada nas unidades de saúde. Nesse contexto, assinale a alternativa em que é apresentada orientação do Protocolo de Segurança na Prescrição, Uso e Administração de Medicamentos.

- Quando a ordem verbal for absolutamente necessária, o prescritor deve falar o nome, a dose e a via de administração do medicamento de forma clara e quem receber a ordem verbal deve repetir em voz alta o que foi dito e receber confirmação do prescritor antes de administrar o medicamento.
- B Deve ser utilizada a abreviatura NI (não identificado) na prescrição de pacientes que são admitidos nas unidades de saúde sem possibilidade de identificação, como em casos de emergências e situações de catástrofe.
- A prescrição de medicamentos de uso crônico pode ser feita, desde que a doença já esteja bem controlada, com acréscimo da expressão "uso contínuo", sem a necessidade de indicação da duração do tratamento.
- Nas prescrições ambulatoriais, deverão ser registradas todas as orientações acerca do modo de utilização do medicamento, podendo as recomendações não farmacológicas serem realizadas de forma verbal.

4000126918

Questão 12 Sifilis na gestação Sigilo profissional

Uma mulher com 25 anos de idade, gestante, em consulta de pré-natal na Unidade Básica de Saúde (UBS), recebe o diagnóstico de sífilis. O médico solicita a ela a presença do marido a uma consulta para exames e o devido tratamento, mas a paciente afirma ao médico que o marido sempre se recusa a comparecer à UBS. Nessa situação, a conduta adequada a ser tomada é

- A Tratar a paciente imediatamente e solicitar apoio dos seus familiares para obrigar o marido da paciente a comparecer à UBS e realizar o tratamento logo que possível.
- B Tratar a paciente imediatamente e enviar um comunicado sigiloso, por escrito, convocando o marido da paciente à UBS e, se ele não comparecer à consulta em 7 dias, realizar busca ativa.
- Aguardar a presença do marido da paciente à UBS para realizar consulta médica, exames laboratoriais e instituir o tratamento do casal simultaneamente.
- Aguardar a presença do marido da paciente à UBS para instituir o tratamento do casal e, caso ele não compareça espontaneamente à consulta, solicitar novamente seu comparecimento na próxima consulta da paciente ao prénatal.

Questão 13 Relação com pacientes e familiares Código de Ética Médica CEM

Um homem com 58 anos de idade é atendido no ambulatório de cirurgia, após ser encaminhado pelo clínico para realização de colecistectomia e exploração de vias bilares. Esteve internado recentemente com quadro de pancreatite biliar aguda (microcálculos na vesícula biliar), resolvida clinicamente. No último ano, o paciente já apresentou 3 episódios dolorosos semelhantes. É tabagista por 30 anos e portador de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) moderada, pouco responsiva ao broncodilatador. Ao exame fisico, o paciente apresenta-se lúcido, consciente e orientado, com dispneia leve, e sibilos e roncos na ausculta pulmonar. O cirurgião confirma a indicação da cirurgia devido ao risco de novo episódio de pacreatite, que pode ser grave e comprometer a vida do paciente. Ao tomar conhecimento dos riscos apresentados no termo de consentimento, o paciente se recusa a realizar o procedimento por medo das complicações decorrentes da DPOC e por ter a sensação de que vai morrer, caso se submeta à cirurgia. Considerando essa situação e os aspectos éticos e legais que regem a profissão médica, qual deve ser a conduta da equipe médica?

- A Solicitar ao paciente que procure outro médico, com base na quebra de confiança da relação médico-paciente, fundamentada no princípio de não causar dano, que, em casos específicos, sobrepuja e se opõe ao princípio da autonomia do indivíduo.
- Respeitar a vontade do paciente, considerando o princípio da autonomia da vontade, que impede que o médico efetue qualquer procedimento médico sem o esclarecimento e o consentimento prévios do paciente ou de seu representante legal, exceto em caso de iminente perigo de vida.
- Denunciar o paciente à Comissão de Ética do hospital considerando quebra do princípio da beneficiência e não maleficiência do ato médico, ancorado nas evidências científicas da medicina, pois caracterizou-se o risco elevado de novo episódio de pancreatite aguda grave com risco de morte.
- Conversar com a família sobre a necessidade de ser realizada tal cirurgia, explicando os riscos e os benefícios para o paciente, caso seja operado ou não, e solicitar que ela autorize a cirurgia, mesmo contra a vontade do paciente, com base no princípio da ação persuasiva e no da beneficiência e não maleficência do ato médico.

Essa questão possui comentário do professor no site 4000126848

Questão 14 Responsabilidade profissional Relação com pacientes e familiares Ensino e pesquisa médica

Uma famosa modelo profissional de 22 anos, acompanhada de sua mãe, procura um cirurgião plástico para a realização de um novo procedimento estético que ele inventou e tem feito extensa divulgação na mídia. Após a cirurgia, o resultado não agradou e a paciente decidiu processar o médico pelo mau resultado, questionando a técnica utilizada bem como o fato de ter havido divulgação de suas fotos durante a sua internação pelos funcionários da clínica. Na sua defesa, o cirurgião alegou que a paciente foi orientada pela clínica e que assinou o termo de consentimento, tendo sido prestado por ele toda a assistência necessária. Tendo como base o Código de Ética Médica, no presente caso,

- A o termo de consentimento esclarece os riscos e a paciente torna-se responsável pelas eventuais intercorrências, independentemente da ação do médico.
- B O médico não pode se responsabilizar pelas ações de seus funcionários na exposição de fotos da paciente durante a internação.
- o procedimento deveria ter passado por fase experimental com obtenção de resultados que comprovem a nãomaleficência e o potencial de beneficência.
- a prestação de toda assistência pelo médico, os diagnósticos estabelecidos e as condutas tomadas são de sua livre convicção.

Questão 15 Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência Estatuto da Criança e do Adolescente ECA

O pai de um jovem com 18 anos de idade, portador de síndrome de Down, procura o Ambulatório de Pequena Cirurgia, solicitando a realização de vasectomia no seu filho. Considerando as questões éticas e jurídicas, relacionadas ao procedimento de contracepção cirúrgica em pacientes com Síndrome de Down, recomenda-se que a vasectomia:

- A não deve ser realizada, pois o caso do paciente não preenche os critérios da lei que regula a contracepção cirúrgica.
- B não deve ser realizada, por se tratar de um caso que fere a autonomia do paciente e traz indícios de eugenia.
- deve ser realizada, através do instrumento de autorização judicial, regulamentada na forma de lei.
- deve ser realizada, através do consentimento expresso do paciente, da parceira e dos pais.

4000126770

Questão 16 Acolhimento e notificação Legislação sobre aborto

Uma mulher com 32 anos de idade, solteira, sem vida sexual ativa, refere ter sido vítima de violência sexual. Por ocasião do estupro, a paciente não contou nada a ninguém e, posteriormente, descobriu que estava grávida. No momento atual, a gestante manifesta para seu médico o desejo de interromper a gravidez. O profissional médico recusa-se a fazer o aborto nessas condições e argumenta que há necessidade de verificação da denúncia de estupro pelo médico do Instituto Médico Legal (IML). O médico aciona o Serviço Social da instituição e a polícia local, para que a gestante possa lavrar o Boletim de Ocorrência do estupro, esclarecendo que esse documento servirá como consentimento para o procedimento. Nessa situação, a conduta médica foi

- A adequada, pois para a prática do abortamento legal há necessidade de decisão judicial afirmando o estupro.
- B inadequada, pois o laudo do IML não é exigido legalmente para realização do abortamento em casos de estupro.
- adequada, pois a vítima de um crime contra a dignidade sexual deve imediatamente comunicar a ocorrência à polícia para início de ação penal pública incondicionada.
- inadequada, pois o consentimento da mulher é feito por documento próprio, devendo ser assinado pela vítima que deseja o abortamento e por um familiar.

Essa questão possui comentário do professor no site 4000126764

Questão 17 Relação com pacientes e familiares Código de Ética Médica CEM

Homem com 75 anos, casado, empresário, exercendo sua atividade profissional regular, sem comorbidades, vai à consulta ambulatorial apresentando déficit de memória e lapsos quando conversa, por dificuldade de lembrar as palavras. A esposa refere que frequentemente o paciente não lembra onde guardou suas coisas pessoais. Em uma ocasião saiu sozinho e foi

encontrado parado em via pública por não recordar o caminho de casa. O exame mini mental mostrou pontuação 19. Os demais aspectos do exame neurológico são normais. A tomografia computadorizada do crânio mostra discreta atrofia cortical. A esposa solicita que não seja informada a provável hipótese diagnóstica ao marido.

De acordo com o Código de Ética Médica, qual deve ser a conduta adotada pelo médico em relação ao pedido da esposa?

- A Informar ao paciente o diagnóstico e orientá-lo sobre a forma de progressão da doença.
- B Respeitar o desejo da esposa, pois a informação do diagnóstico ao paciente lhe trará danos.
- Encaminhar o paciente para outro médico, orientando que este informe o diagnóstico ao paciente.
- Traçar um plano de ação com a esposa para que ela informe, progressivamente, o diagnóstico ao marido.
- Aguardar a evolução, postergando a informação do diagnóstico ao paciente até que o quadro clínico tenha se agravado.

Essa questão possui comentário do professor no site 4000127271

Questão 18 Legislação sobre aborto

Paciente com 30 anos de idade, primigesta, ao fazer sua ultrassonografia para avaliar a espessura da prega nucal, recebeu o exame com duas fotografias, identificadas e datadas. Uma das fotografias apresenta a face do feto em posição sagital e a outra com a visualização do polo cefálico no corte transversal, demonstrando a ausência da calota craniana e ausência de parênquima cerebral identificável. Considerando que a paciente não deseja prosseguir com a gravidez, a orientação correta a ser fornecida é que a interrupção da gravidez

- A não pode ser realizada em hipótese alguma, devendo a gravidez ser mantida até o termo.
- pode ser realizada, somente após obtenção de autorização judicial e assinatura de termo de consentimento informado pela paciente e seu esposo.
- somente pode ser realizada se a gravidez incorrer em risco de vida para a gestante, devendo esse laudo ser assinado por dois médicos capacitados.
- é permitida somente se o achado ultrassonográfico for confirmado definitivamente por ultrassonografia morfológica realizada entre 20-24 semanas de gestação.
- é permitida com base em laudo ultrassonográfico assinado por dois médicos capacitados, contendo as fotos do exame, e após assinatura pela paciente de termo de consentimento informado para submeter-se ao procedimento.

Essa questão possui comentário do professor no site 4000127194

Questão 19 Sigilo profissional em crianças e adolescentes Parecer CFM n 25 de 2013 Sigilo profissional Código de Ética Médica CEM

Primigesta, 14 anos de idade, na 12. semana de gestação, comparece à Unidade de Saúde da Família acompanhada por seu namorado. Queixa-se de cólicas intensas em baixo ventre e sangramento vaginal, em grande quantidade, há 2 horas. Após exame clínico, o médico constata que a paciente apresenta sinais de instabilidade hemodinâmica em virtude de um abortamento incompleto e indica sua transferência imediata para o serviço hospitalar especializado, para realização de curetagem uterina. A paciente concorda com a indicação do médico, pede para que a situação seja mantida em sigilo, pois seus pais não sabem que ela está grávida. Teme que possam expulsá-la de casa ao saber do ocorrido. Explica que seu namorado é maior de idade e irá acompanhá-la ao hospital.

Diante dessa situação, o médico deve

- manter o sigilo profissional, pois o mesmo somente pode ser quebrado com a autorização da paciente.
- manter o sigilo profissional, pois a paciente apresentou um responsável maior de idade para acompanhá-la ao hospital.
- manter o sigilo profissional, pois a paciente demonstra capacidade para avaliar seu problema e de conduzir-se por seus próprios meios para solucioná-lo.
- comunicar o Conselho Tutelar, que será responsável por revelar a situação de saúde da paciente aos seus pais e intermediar os conflitos que possam surgir.
- comunicar os pais da paciente, após explicar a ela os motivos que fundamentam a quebra do sigilo profissional.

4000129319

Questão 20 Sigilo profissional

De acordo com a Resolução do CFM n.º 1.665 de 2003 (atualmente em vigência), que trata da assistência médica a pacientes soropositivos para HIV no Brasil, o sigilo profissional relativo a essa assistência

- A pode ser quebrado apenas com relação ao cônjuge do/da paciente.
- B deve ser quebrado apenas para proteção a parceiros sexuais.
- C deve ser rigorosamente respeitado em qualquer situação.
- D pode ser respeitado ou não, a critério da equipe médica.
- pode ser quebrado se o fato for de conhecimento público.

4000153803

Questão 21 Código de Ética Médica CEM Declaração de óbito DO Atestado de óbito

Para a resolução da questão a seguir, primeiro leia o caso clínico, depois analise as assertivas relacionadas a ele e, em seguida, marque a alternativa correta. Caso: Gestante, com 18 anos de idade, primigesta, gestação com 39 semanas e 6 dias, foi admitida no Setor de Emergência Obstétrica apresentando convulsões tônico-clônicas generalizadas. Ao exame físico: Pressão arterial=180 x 120mmHg, BCF=65 bpm; hipertonia uterina franca, toque vaginal: colo uterino fechado, grosso e posterior. Após administração endovenosa de sulfato de magnésio e controle da crise convulsiva, a paciente foi encaminhada ao Centro Obstétrico para resolução por via alta, com as hipóteses diagnósticas de eclâmpsia, descolamento prematuro de placenta e sofrimento fetal agudo. O parto cesáreo ocorreu de forma rápida, através de incisão mediana, após anestesia geral. Não havia acompanhantes da gestante na sala de parto. O recém-nascido nasceu com peso de 3.850g, medindo 50cm, pálido, hipotônico, não responsivo, sem choro. Foi imediatamente atendido pelo pediatra que identificou ausência de batimentos cardíacos e procedeu às manobras de ressuscitação neonatal, sem sucesso. Após o nascimento, confirmou-se o descolamento extenso da placenta, com grande quantidade de sangue e coágulos retroplacentários. Na evolução do parto operatório, não houve contração do útero, e após exaustivas manobras e medicamentos uterotônicos, não houve controle da hemorragia uterina profusa, que levou a equipe médica a realizar histerectomia puerperal. A hemorragia foi então controlada e a intervenção concluída sem outras intercorrências. Todo o suporte de vida necessário durante o trans e o pós- operatório foi disponibilizado. A parturiente foi encaminhada à Unidade

de Terapia Intensiva (UTI), em estado grave, sob ventilação mecânica e apresentando quadro de coagulação intravascular disseminada. Após dez dias, obteve alta da UTI e foi encaminhada para a enfermaria obstétrica, ainda com estado geral comprometido e, pela primeira vez, consciente após o parto. Chegando à enfermaria, perguntou pelo recém- nascido. Assertivas:

- I. A melhor conduta neste caso, em relação ao óbito do recém- nascido, seria não informar a mãe neste momento, dizendo apenas que o recém-nato estaria em estado grave na UTI-neonatal.
- II. A responsabilidade de assinar o atestado de óbito do recém-nato é do obstetra.
- III. A equipe médica deveria ter consultado a família da parturiente antes da decisão de realizar a histerectomia puerperal, tendo em vista a idade da paciente, o fato de ser primigesta, além da morte do recém-nato.
- IV. A julgar pelo relato do caso, existem evidências de imperícia e imprudência, mas não de negligência por parte da equipe médica.
- V. Não houve, a julgar pelo relato do caso, evidências de negligência, imperícia ou imprudência por parte da equipe médica.

Estão de acordo com os preceitos éticos da assistência médica APENAS as afirmações:

- Δ lell.
- B II e V.
- C III e IV.
- D le V.
- F III e V.

4000127245

Questão 22 Doação e transplante de órgãos e tecidos Morte Encefálica

O plantonista da Unidade de Terapia Intensiva aciona a equipe de notificação e captação de órgãos do seu hospital relatando que foi realizado e confirmado o diagnóstico de morte encefálica em um jovem de 20 anos, vítima de traumatismo crânio- encefálico. Quanto ao prosseguimento do processo de doação de órgãos pode-se afirmar que:

- se houver manifestação favorável da família quanto à doação, o diagnóstico de morte encefálica deve ser comunicado à Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos.
- e o potencial doador apresentar estabilidade hemodinâmica e ausência de infecção sistêmica ou tumor maligno, o diagnóstico de morte encefálica deve ser comunicado à Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos.
- deve ser dada sequência aos procedimentos para a retirada de órgãos, tendo por base o consentimento presumido, uma vez que não há manifestação conhecida do potencial doador, de oposição à doação.
- a morte encefálica é de notificação compulsória e a continuidade dos procedimentos para a retirada de órgãos para transplante depende do consentimento da família do potencial doador.
- uma vez esclarecida a família sobre o diagnóstico de morte encefálica e com a certeza de sua compreensão deve ser dada sequência aos procedimentos para a retirada de órgãos, tendo por base o consentimento informado.

Questão 23 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido TCLE Ensino e pesquisa médica

Um médico decidiu realizar uma pesquisa científica com seus pacientes na unidade de saúde. Ele iria fazer entrevistas com adolescentes sobre sexualidade, investigando o grau de conhecimento deles quanto aos métodos contraceptivos, quer seja natural, de barreira, hormonal ou dispositivo intrauterino. Qual o procedimento adequado para que a pesquisa seja realizada de acordo com o Código de Ética Médica?

- A Incluir nas referências bibliográficas a citação dos trabalhos publicados em revistas com comitê de revisores.
- B O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) não necessita emitir parecer sobre o protocolo, pois a pesquisa tem apenas objetivos educacionais.
- Obter o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) assinado pelos adolescentes.
- Obter TCLE assinado pelos adolescentes e seus representantes legais e comunicar à comunidade sobre a natureza da investigação.
- Caso tenha uma indústria de medicamentos financiando a pesquisa, o pesquisador não necessitará informar sua relação com esta empresa.

4000127093

Questão 24 Legislação sobre aborto

Sobre o aborto no Brasil, assinale a alternativa incorreta:

- É permitido em caso de estupro, preferencialmente até 22 semanas, com a necessidade de notificação à autoridade policial por parte da equipe médica.
- É permitido o aborto quando a gestação é decorrente de estupro, sem necessidade de boletim de ocorrência por parte da vítima.
- C É permitido se a gestação causar risco de morte para a gestante.
- É permitido o abortamento de anencéfalo com autorização judicial.

4000153562

Respostas:

